

2005/03/10

A SEGUNDA QUEDA DO MURO DE BERLIM

Alexandre Reis Rodrigues

Alguém já disse que com a sucessão de recentes acontecimentos no Médio Oriente, poderemos estar perante uma espécie de repetição da “Queda do muro de Berlim” no que isso representou de radical alteração no quadro de relações internacionais até então vigente. Os casos mais apontados são o extraordinário exemplo das eleições no Iraque num clima de extrema insegurança, as promessas de Mubarak para dar espaço à oposição nas próximas eleições presidenciais, as eleições na Palestina, as eleições na Arábia Saudita, pela primeira vez na sua história de 73 anos, e outras aberturas à democracia em outros países árabes (especialmente o Qatar) malgrado o seu ainda limitado âmbito, o movimento no Líbano contra a presença síria no território, etc.

Todos estes casos nos parecem querer dizer que, afinal, o mundo árabe talvez não esteja tão imune a qualquer mudança, como se tem geralmente receado. Bush tem algumas boas razões para ver nestas novas circunstâncias uns primeiros sucessos da sua política [1] para o grande Médio Oriente; a tendência é, de facto, positiva mas qualquer euforia será prematura por nada estar consolidado nem sequer num caminho irreversível.

De entre todas estas situações, objecto de quase diária atenção de todos os noticiários nacionais e internacionais, é a situação no Líbano que, geralmente, tem, nos últimos dias, merecido maior foco. É uma situação com desenvolvimentos relativamente novos, algo inesperados e com um importante potencial impacto sobre os outros casos, designadamente o conflito entre Israel e a Palestina, o Irão e o Iraque. É sobre a situação no Líbano que, no essencial, se refere este artigo.

A origem próxima dos recentes acontecimentos foi o assassinato de Rafik Hariri, um bilionário libanês, que se tinha demitido do cargo de 1º ministro em protesto contra a decisão do Parlamento libanês de, por óbvias pressões da Síria, estender por mais três anos o mandato do actual presidente, Emile Lahoud, geralmente considerado como uma marioneta da Síria. Segundo a Constituição, os mandatos presidenciais têm a duração máxima de seis anos e não podem ser renovados antes de passados outros tantos; o mandato de Lahoud deveria ter terminado em Novembro de 2004 mas, em vista de eleições legislativas em Maio, num contexto de crescente sentimento anti-Síria e de desejo de redefinição da relação existente entre os dois países, calcula-se que a Síria tenha querido assegurar apoios, pelo menos ao nível da figura máxima do Estado. Hariri, que tinha assumido funções de primeiro-ministro em 1992 e que desde então tinha liderado um notável programa de recuperação económica do país, estaria à espera das próximas eleições em Maio para tentar obter daí um forte sinal para a retirada das forças sírias; por estas razões, não obstante a recusa da Síria em reconhecer qualquer envolvimento nesta acção terrorista e a falta de provas sobre a sua autoria, todos os olhos se viram para os serviços secretos sírios. Além de Rafik Hariri foram mortas mais doze pessoas e feita cerca de uma centena de feridos.

A actual presença militar da Síria no Líbano decorre de um pedido de ajuda para pôr fim à guerra civil em que o País tinha mergulhado em Abril de 1975, numa luta aberta entre a facção cristã da Frente Libanesa e a facção muçulmana do Movimento Nacional Libanês que pretendia uma melhor parcela do poder, conflito de que terão resultado 150000 mortos. A intervenção ocorreu em 1976 por expresso pedido da Frente Libanesa, o que causou embaraços no mundo árabe por se tratar de apoiar a facção não muçulmana mas mesmo assim pôde contar com a ajuda da Arábia Saudita, dos Estados do Golfo e mais tarde do Sudão, embora todas de reduzida dimensão. [2]

A luta entre as várias facções teve origem no esquema de partilha de áreas de influência desenvolvida durante a ocupação francesa, entre 1918, por altura do fim da I Grande Guerra Mundial e 1943, data da independência, no qual a facção cristã dominava a Câmara de deputados que escolhia o presidente, situação não aceite pelos muçulmanos. A situação agravou-se, no início da década de setenta, por influência de Arafat e da sua Organização de Libertação da Palestina que exacerbou as tensões existentes. Foi, aliás, a partir do Líbano que Arafat começou a desencadear acções contra Israel, o que motivou a invasão deste, primeiro em 1978 e depois em 1982, passando a ocupar uma faixa no sul durante vinte anos, depois de ter forçado a retirar o Exército sírio que então ocupava o vale de Bekaa.

Enquanto a generalidade dos países árabes da zona apoiavam a facção muçulmana e os EUA e Israel apoiavam a facção cristã, a Síria foi apoiando alternadamente ambos os lados. Até que em Outubro de 1989, os países árabes, liderados pela Arábia Saudita, acertaram um acordo de paz que deu aos muçulmanos uma maior fatia do poder e estabeleceu a Síria como o país responsável por

garantir a segurança do Líbano; ficou assim legalizada a presença militar síria na área com o objectivo de ajudar o governo libanês a restabelecer a sua autoridade num prazo máximo de dois anos depois da eleição de um Presidente da República. De facto, o acordo deu à Síria a possibilidade de passar a controlar o país a troco de assegurar a sua estabilidade interna, o que tem sido garantido. Porém, a Síria deveria ter paralelamente estabelecido um calendário para a ulterior retirada das suas tropas, numa primeira fase para o vale de Bekaa em 1992 ou outra data a negociar entre as partes; embora a dimensão da presença militar tenha vindo a diminuir, desde um máximo de cerca de 40000 para os actuais 14000, a verdade é que nunca se processou a prevista retirada nem também – é preciso dizê-lo – a Líbia pediu para que isso se verificasse. Em qualquer caso a Síria está, presentemente, numa situação de incumprimento do Acordo de Taif.

Esta situação de ilegalidade à luz do direito internacional agravou-se perante a aprovação da resolução 1554 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em Setembro de 2004, que além de exigir a retirada das forças sírias obriga também ao desarmamento de todas as milícias, conforme aliás devia ter acontecido com o fim da guerra civil. A totalidade dos países com influência nesta situação, nomeadamente a maioria dos países árabes, os EUA, a EU, a ONU e a Rússia, querem ver esta resolução executada, havendo, contrariamente ao que é habitual, um generalizado consenso internacional que está a colocar a Síria numa posição de isolamento internacional. Aliás, o ministro dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido declarou recentemente que se não houver uma retirada total a Síria passará a ser tratada como um rogue state que não reconhece o direito internacional.

O problema principal desta resolução é a o da exigência de desarmamento das milícias de que os líbios parecem desejar dever ficar isento o Hezbollah, em reconhecimento do papel essencial que tem desempenhado, com a sua milícia de 20000 efectivos, como garantia contra a ameaça de Israel, nomeadamente na faixa que tem sido objecto de disputa territorial entre os dois países. Não é, por isso, de contar com abertura para o cumprimento dessa cláusula da resolução 1554. Embora se trata de um partido legalmente constituído, com 12 lugares no Parlamento, esteve ligado aos atentados contra a Embaixada americana e instalações dos Marines em Beirute, em 1983, sendo considerado pelos EUA como uma organização terrorista. Na sua recente visita à Europa, o presidente Bush confirmou essa mesma avaliação, referindo-o como uma organização que pretende não deixar andar o processo de paz no Médio Oriente [3]. Porém, segundo o New York Times, a administração americana estaria agora disposta a aceitá-lo como um participante do processo, tendo em conta que o seu peso político interno é demasiadamente importante para ser antagonizado sem qualquer contra-partida; não obstante, a Casa Branca insistir que a posição americana não mudou e que isso só acontecerá quando o partido desarmar, há rumores que os principais intervenientes neste processo, designadamente a França e as Nações Unidas, estariam dispostos a atribuir à exigência de desarmamento uma menor prioridade.

A solução que a corrente crise poderá ter vai depender em grande parte da influência, sempre determinante, que o Hezbollah consiga ter sobre o processo. Por enquanto pode ir contando com o respeito de que usufrui internamente, mesmo entre os partidos da oposição que defendem uma retirada imediata mas que não o querem hostilizar abertamente. Porém, vai ser cada vez mais difícil gerir o seu envolvimento na actual crise; em primeiro lugar, tem de evitar enveredar pela violência que lhe retiraria a credibilidade política de que precisa; em segundo lugar, tem de, por um lado, procurar harmonizar o seu relacionamento com a Síria - de cujos apoios depende – sob o pretexto de que o País tem uma dívida de gratidão com a Síria pelo papel desempenhado na manutenção da estabilidade do País e, por outro lado, mostrar o distanciamento em relação a Damasco que a maioria da população exige por já não aceitar continuar sob o controlo de uma potência estrangeira.

Procurando tirar partido da legitimação interna que lhe deu o seu papel na expulsão dos israelitas, o Hezbollah, procurará evitar que das próximas eleições saia um governo pró-ocidental e anti-Síria. Na maior manifestação desde sempre no Líbano, no dia 8 de Março, o seu líder, Sayyed Hassan Nasrallah, que apareceu em público nessa ocasião, pela primeira vez desde há muitos anos, procurou sobretudo transmitir as seguintes mensagens principais: condenar as ingerências estrangeiras (leia-se EUA e França, em especial) e classificar as pressões internacionais sobre a Síria como simples manobras para satisfazer objectivos estratégicos de Israel; mostrar gratidão à Síria pelo papel desempenhado na manutenção da estabilidade no Líbano. Este último aspecto, numa altura em que toda a comunidade internacional impõe uma retirada síria e a própria maioria população já não abdica de a exigir coloca o Hezbollah numa posição muito difícil de manter no futuro e obrigando a opções inadiáveis.

Jumblatt, líder do partido Druzo, que teve um encontro em Bruxelas com Solana, no dia 8 de Março, estando acompanhado por líderes de outros partidos também minoritários, declarou-se abertamente contra a resolução 1554 do Conselho de Segurança, por considerar uma irresponsabilidade política estar a exigir o desarmamento do Hezbollah. Em alternativa, Jumblatt

defende a aplicação do Acordo de Taif que, como vimos atrás, nunca chegou a ser inteiramente aplicado; embora o Acordo se baseie na retirada das forças sírias não exige o desarmamento e, deste modo, permite ter em conta que aos olhos dos libaneses combater Israel é tão importante como conseguir a retirada das tropas sírias.

Já vimos atrás que foi o assassinato de Hariri, antigo primeiro-ministro, que despoletou a actual situação; inicialmente, a dinâmica das constantes manifestações condenando o atentado e exigindo a saída das tropas sírias parecia deixar antever um desfecho relativamente rápido no sentido pretendido pelas Nações Unidas e pelas principais potências. O primeiro-ministro Omar Karami, pró-Síria, não tardou a demitir-se arrastando consigo a queda do Governo e o presidente da Síria, Bashar Assad, não hesitou em declarar que accionaria o regresso das suas forças tão cedo fosse solicitado a fazê-lo pelas autoridades líbias.

A França, antiga potência colonial, e os EUA, em declarações por ocasião da Conferência de Londres sobre a Palestina, a 1 de Março, deixavam muito claro que não aceitariam nenhum pretexto nem nenhuma desculpa para não executar de imediato um processo de retirada total. Koffi Annan vai enviar o seu enviado especial, Terje Roed Larsen, para pressionar o cumprimento da Resolução do Conselho de Segurança anunciando a imposição de sanções e o isolamento económico e político da País em caso de incumprimento. Tem, para tanto, um muito alargado apoio internacional, incluindo o da Liga Árabe que se torna particularmente importante nesta situação. Serão apresentadas, quatro exigências principais: respeito pela soberania do Líbano e não interferência no processo eleitoral; fornecer um calendário para a retirada das forças e dos 5000 agentes dos serviços de informações; finalmente, o desarmamento e desmembramento das milícias que operam no Líbano e são apoiadas pela Síria, assunto que pode ser tratado com o governo saído das eleições.

Porém, passados estes primeiros momentos, especialmente depois da grande manifestação promovida pelo Hezbollah, a solução já não aparece tão à vista; cerca de seis mil efectivos sírios que se encontravam nas imediações de Beirute começaram a ser movimentados para o vale de Bekaa no dia 7 de Março mas num encontro ulterior dos presidentes da Síria e do Líbano ficou acordado esperar, até que um novo governo se forme na sequência das eleições de Maio, para então se decidir sobre a questão da retirada. O Presidente libanês, em negociações com o Parlamento, procura indigitar de novo o primeiro-ministro demissionário para retomar funções, trazendo a situação política interna ao ponto de partida mas, para alguns analistas, o problema nem está no primeiro-ministro mas sim no próprio presidente, devendo ser este que devia resignar.

Bush, em linguagem forte, continua a insistir que a retirada deve estar consumada antes do processo eleitoral mas só isso não acabará com uma presença síria longa de trinta anos e muito integrada na sociedade libanesa: cerca de um milhão de sírios numa população de quatro milhões, importantes interesses económicos e cerca de cinco milhares de agentes secretos sírios cuja saída será difícil controlar. Não obstante estas dificuldades e as diferenças de percepção sobre a presença síria entre as dezassete facções de muçulmanos, cristãos e druzos, não parece haver razões de receio para um regresso à guerra civil do passado e de que o Exército, presentemente com 72000 efectivos, se possa desintegrar reflectindo as diferentes sensibilidades da sociedade civil. [4] Não parece existir o fantasma do vácuo com a saída das tropas sírias, como alguns pretendem fazer crer. Resta ver se o Hezbollah, será capaz de fazer a aposta certa entre as duas opções que se lhe põem: ou manter a lealdade à Síria, comprometendo o desfecho que a comunidade internacional exige e que a maioria da população libanesa deseja, ou juntar-se às forças democráticas, passo indispensável para um Líbano unido e independente.

[1] The administration"s argument is that strong measures to spread democracy are needed and will be efficacious. More democracies will mean greater stability, peaceful relations with neighbors, and less terrorism. ("Understanding the Bush doctrine"). Por outras palavras, há que espalhar a democracia porque é o melhor antídoto para o terrorismo. Ver artigo "O Eixo da tirania" de 4 de Fevereiro de 2005.

[2] Os e lementos de carácter histórico foram obtidos no Council of Foreign Affairs .

[3] Bóston Globe, 10 Mar 2005.

[4] IHT, 10 mar, Neil Mac Farquha.

61 TEXTOS RELACIONADOS:

2012/08/26

EGIPTO. DA PRIMAVERA ÁRABE PARA A PRIMAVERA ISLÂMICA

Alexandre Reis Rodrigues

2012/07/02

UM GOVERNO DE TRANSIÇÃO PARA A SÍRIA?

Alexandre Reis Rodrigues

2012/06/12

INTERVIR MILITARMENTE NA SÍRIA?

Alexandre Reis Rodrigues

2012/05/31

A ENCRUZILHADA EGÍPCIA

Alexandre Reis Rodrigues

2012/02/20

O QUE PODE SALVAR ASSAD NO CURTO PRAZO

Alexandre Reis Rodrigues

2011/12/21

A TURQUIA E A ARÁBIA SAUDITA PERANTE A CRISE SÍRIA

Alexandre Reis Rodrigues

2011/11/16

QUE DEVE SER FEITO EM RELAÇÃO AO IRÃO?

Alexandre Reis Rodrigues

2011/09/23

PALESTINA, O ESTADO 194º DAS NAÇÕES UNIDAS?

Alexandre Reis Rodrigues

2011/09/10

O 11 DE SETEMBRO DEZ ANOS DEPOIS. UM BALANÇO

Alexandre Reis Rodrigues

2011/08/22

A LÍBIA PÓS KADHAFI

Alexandre Reis Rodrigues

2011/08/15

A QUESTÃO SÍRIA

Alexandre Reis Rodrigues

2011/04/16

A INTERVENÇÃO DA NATO NA LÍBIA. FICÇÃO?

Alexandre Reis Rodrigues

2011/04/11

A CRISE LÍBIA. ONDE ESTÁ A UE?

Alexandre Reis Rodrigues

2011/03/18

«TODAS AS MEDIDAS NECESSÁRIAS»

Alexandre Reis Rodrigues

2011/03/17

A DEMOCRACIA E A GUERRA AO TERROR NO MÉDIO ORIENTE[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2011/03/10

QUE DEVE SER DECIDIDO HOJE EM BRUXELAS SOBRE O LÍBIA? UMA ZONA DE EXCLUSÃO DE VOO?

Alexandre Reis Rodrigues

2011/02/15

EGIPTO. O QUE ESTÁ À VISTA? MUDANÇA DE LIDERANÇA OU DE REGIME? (ACTUALIZAÇÃO 4)

Alexandre Reis Rodrigues

2011/02/10

EGIPTO. O QUE ESTÁ À VISTA? MUDANÇA DE LIDERANÇA OU DE REGIME? (ACTUALIZAÇÃO 3)

Alexandre Reis Rodrigues

2011/02/07

O QUE É E O QUE VAI FAZER A IRMANDADE MUÇULMANA NO EGIPTO?

Alexandre Reis Rodrigues

2011/02/04

EGIPTO. O QUE ESTÁ À VISTA? MUDANÇA DE LIDERANÇA OU DE REGIME? (ACTUALIZAÇÃO 2)

Alexandre Reis Rodrigues

2011/02/01

EGIPTO. O QUE ESTÁ À VISTA? MUDANÇA DE LIDERANÇA OU DE REGIME? (ACTUALIZAÇÃO 1)

Alexandre Reis Rodrigues

2011/01/31

EGIPTO. O QUE ESTÁ À VISTA? MUDANÇA DE LIDERANÇA OU DE REGIME?

Alexandre Reis Rodrigues

2011/01/20

QUE FAZER COM O IRÃO?

Alexandre Reis Rodrigues

2010/06/09

A INSENSATEZ DOS SEM-LIMITES (OU A AUSÊNCIA DELIMITES NA ACÇÃO DOS INSENSATOS)

Vânia L. Cintra (Brasil)

2010/06/03

ISRAEL E A FROTA DA LIBERDADE

Alexandre Reis Rodrigues

2010/01/17

IÉMEN, A MARGEM DE MANOBRA PARA INTERVENÇÃO EXTERNA

Alexandre Reis Rodrigues

2010/01/08

IÉMEN, NOVA FRENTE CONTRA O TERRORISMO?

Alexandre Reis Rodrigues

2009/02/17

GAZA E AS ELEIÇÕES EM ISRAEL

Alexandre Reis Rodrigues

2009/01/17

O PAPEL DO DIREITO INTERNACIONAL NA GUERRA ENTRE ISRAEL E O HAMAS: INTER ARMAS SILENT LEGES?

Tatiana Waisberg[1] (Brasil)

2009/01/16

QUEM VAI SER O VENCEDOR DO CONFLITO DE GAZA

Alexandre Reis Rodrigues

2009/01/03

OS CONFLITOS DE GAZA E DA ÍNDIA/PAQUISTÃO. UMA MÁ MANEIRA DE COMEÇAR 2009.

Alexandre Reis Rodrigues

2008/07/16

SEGURANÇA E DEFESA NA ÁREA MEDITERRÂNEA[1](I PARTE)

Victor Mota[2]

2008/05/19

OS VIZINHOS DO IRAQUE E A RETIRADA AMERICANA

Alexandre Reis Rodrigues

2008/05/04

ISRAEL E SÍRIA: DO ATAQUE AÉREO DE 2007 A UM ACORDO DE PAZ EM 2008?

Alexandre Reis Rodrigues

2008/04/15

O IRAQUE – UM BECO SEM SAÍDA?

Alexandre Reis Rodrigues

2008/03/21

O DISCURSO DE ANGELA MERKEL: A VERGONHA INESQUECÍVEL

Gilberto Barros Lima[1] (Brasil)

2008/02/26

PAQUISTÃO: NOVO MOTIVO DE INQUIETAÇÃO

Alexandre Reis Rodrigues

2008/02/07

IRAQUE: UM ATOLEIRO DE PROBLEMAS

Marcelo Rech[1]

2007/11/27

A CONFERÊNCIA DE ANNAPOLIS

Alexandre Reis Rodrigues

2007/11/05

AS AMBICÕES ESTRATÉGICAS DA TURQUIA E O PKK

Alexandre Reis Rodrigues

2007/09/27

O MISTERIOSO RAID ISRAELITA (II)

Alexandre Reis Rodrigues

2007/09/22

O MISTERIOSO RAID ISRAELITA

Alexandre Reis Rodrigues

2007/08/14

PODERÁ O IRÃO SER UMA POTÊNCIA REGIONAL?

Alexandre Reis Rodrigues

2007/06/13

HÁ SOLUÇÃO PARA O IRAQUE?

Alexandre Reis Rodrigues

2007/03/21

SOPRAM MAUS VENTOS NO IRÃO

Alexandre Reis Rodrigues

2007/03/07

O LÍBANO – ENTIDADE SINGULAR

Manuel Martins Guerreiro

2006/12/18

BUSH E O RELATÓRIO BAKER

Alexandre Reis Rodrigues

2006/11/13

O DESASTRE IRAQUIANO

Alexandre Reis Rodrigues

2006/09/27

UM ENSAIO DE FUTURISMO GEOPOLÍTICO[1]

Eduardo Silvestre dos Santos

2006/08/28

O QUE FAZER COM O IRÃO?

Alexandre Reis Rodrigues

2006/08/22

A GUERRA CIVIL NO IRAQUE

Alexandre Reis Rodrigues

2006/08/13

UM ACORDO DE CESSAR-FOGO SEM DATA MARCADA?

Alexandre Reis Rodrigues

2006/08/07

LÍBANO. AS SAÍDAS DA CRISE

Alexandre Reis Rodrigues

2006/08/02

A ESTRATÉGIA DO HEZBOLLAH NA GUERRA CONTRA ISRAEL

Alexandre Reis Rodrigues

2006/08/01

A ESTRATÉGIA ISRAELITA NO LÍBANO. ACABARAM AS VITÓRIAS RÁPIDAS?

Alexandre Reis Rodrigues

2006/08/01

ALGUMAS VERDADES[1]

Antônio Borges de Carvalho

2006/07/29

ORIENTE MÉDIO: A IMPOTÊNCIA DA ONU E A INDIFERENÇA NORTE-AMERICANA

Marcelo Rech (Editor do site brasileiro InfoRel)

2006/04/06

O HAMAS NO PODER

Alexandre Reis Rodrigues

2006/03/19

A GUERRA DOS CARTOONS

Alexandre Reis Rodrigues

2006/02/19

AFINAL, HUNTINGTON TINHA RAZÃO? SE NÃO FOR O PARADIGMA DAS CIVILIZAÇÕES, ENTÃO QUAL É?

Eduardo Silvestre dos Santos

2006/02/09

OS DILEMAS DA VITÓRIA ELEITORAL DO HAMAS

Alexandre Reis Rodrigues